



**CLIMA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
ANÁLISE MUDIÁTICA ENTRE BRASIL E
PORTUGAL NA PERSPECTIVA
GEOGRÁFICA**

Janaína Lopes Moreira 

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), campus de Presidente Prudente.

Contato: janaina.moreira@unesp.br

Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim  

Professora Livre docente do Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente.

Contato: margarete.amorim@unesp.br

Ana Monteiro 

Professora Doutora Catedrática do Departamento de Geografia, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, Portugal.

Contato: anamonteirosousa@gmail.com

Como citar: MOREIRA, J. L.; AMORIM, M. C. C. T.; MONTEIRO, A. Clima e mudanças climáticas: análise midiática entre Brasil e Portugal na perspectiva geográfica. *Revista Formação (Online)*, v. 31, e024014, 2024.

Recebido: 28/01/2023

Aceito: 11/08/2024

Data de publicação: 09/10/2024

Resumo

A questão climática na contemporaneidade conquistou espaço de notoriedade na agenda política, econômica e social. O tema já é amplamente discutido na União Europeia há alguns anos e tem ganhado cada vez mais enfoque e importância por toda a sociedade. O bloco tem apresentado esforços significativos em estabelecer estratégias de adaptação às alterações climáticas. O Brasil também estava comprometido com a agenda climática; no entanto, nos últimos anos, o Brasil assumiu uma postura extremamente conservadora. Nesse sentido, este trabalho procurou entender, em parte, como a questão climática se apresenta nesses diferentes contextos políticos. Dessa forma, por meio da análise comparativa entre Portugal e Brasil, procurou-se identificar as diferenças na questão climática no que se refere à construção social do problema e de sua importância para a sociedade tendo como base a mídia como objeto de investigação. Durante um ano, foram coletadas notícias de um jornal brasileiro (Estadão) e um português (Jornal de Notícias) usando os termos “clima” e “mudanças climáticas”. Em ambos os países, a maioria dos artigos estava associados à agenda política, mas por motivos diferentes. Enquanto a agenda climática portuguesa se impulsiona pela questão política, a brasileira perde importância pela mesma razão. Nesse sentido, pode-se dizer que as alterações climáticas é um assunto já estabelecido e consolidado em Portugal, uma vez que não se discute sua importância, mas sim, medidas mitigatórias e de adaptação. Enquanto no Brasil há uma descrença em sua veracidade e as medidas propostas, por muitas vezes, são consideradas, exageradas ou desnecessárias.

Palavras-chave: Clima. Mudanças climáticas. Mídia.

ANALYSING MEDIA REPRESENTATIONS OF CLIMATE AND CLIMATE CHANGE: A GEOGRAPHIC COMPARISON OF BRAZIL AND PORTUGAL

Abstract

Climate change has recently gained significant attention on political, economic, and social agendas. Extensive debates within the European Union have underscored its growing importance across society, leading to substantial efforts to implement strategies for adaptation. Brazil has also engaged with the climate agenda; however, it has recently adopted a more conservative stance. This study, based on media research, aims to elucidate how climate issues are addressed within different political contexts, specifically analyzing the disparities in their social construction and significance for societies in Brazil and Portugal. Over the course of a year, news articles were collected from Brazilian (Estadão) and Portuguese (Jornal de Notícias) newspapers using the search terms “climate” and “climate change.” In both countries, the majority of articles were linked to the political agenda but for different reasons. In Portugal, the climate agenda is integrated into the political framework; conversely, the climate agenda in Brazil receives comparatively less emphasis. It can be stated that climate change is a well-established issue in Portugal, where discussions have shifted away from its importance to focus on mitigation and adaptation strategies. In Brazil, however, concerns about legitimacy of the climate change persist, with proposed measures often regarded as exaggerated or unnecessary.

Keywords: Climate. Climate change. Media.

CLIMA Y CAMBIO CLIMÁTICO: ANÁLISIS MEDIÁTICO ENTRE BRASIL Y PORTUGAL EN UNA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Resumen

El cambio climático ha ganado mucha atención en la agenda política, económica y social recientemente. Se ha debatido ampliamente en la Unión Europea, con un enfoque y una importancia crecientes en toda la sociedad, ya que la organización ha realizado esfuerzos sustanciales para implementar estrategias de adaptación al cambio climático. Brasil también se ha comprometido con la agenda climática; sin embargo, recientemente ha adoptado una postura más conservadora. Basado en una investigación de medios, este estudio tiene como objetivo dilucidar cómo se aborda la cuestión climática en diferentes contextos políticos, analizando específicamente las disparidades en su construcción social y su relevancia para las sociedades de Brasil y Portugal. Durante un año, se recopiló noticias de periódicos brasileños (Estadão) y portugueses (Jornal de Notícias) utilizando los términos “clima” y “cambio climático”. En ambos países, la mayoría de los artículos estaban relacionados con la agenda política, pero por razones diferentes. La agenda climática en Portugal se enfatiza en la política del país; sin embargo, se le da menos importancia a la agenda climática en Brasil. Por lo tanto, se puede afirmar que el cambio climático es un tema bien establecido en Portugal, ya que ya no se debate su importancia, sino las estrategias de mitigación y

adaptación. Sin embargo, existen preocupaciones sobre su veracidad en Brasil, y las medidas propuestas a menudo son consideradas exageradas o innecesarias.

Palabras clave: Clima. Cambio climático. Medios de comunicación.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas abordadas por relatórios oficiais tiveram e têm papel fundamental para o fomento do debate científico, do enfoque midiático e no surgimento de uma preocupação social e coletiva. Nos últimos anos, a permanência em espaço de destaque fica à cargo dos desastres naturais, cada vez mais frequentes e intensos.

O tema já é amplamente discutido na União Europeia há alguns anos. A década de 1980 foi um período muito importante, pois em virtude de alguns acidentes¹ a atenção pública foi direcionada à problemática ambiental devido ao risco ambiental que surgira. A destruição da camada de ozônio foi a primeira grande preocupação global que despertou atenção midiática e ação política. Tal preocupação foi se tornando mais intensa e atingiu o ápice quando ocorreu a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio em 1985, o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozono de 1987, e os Ajustes e Emendas de Londres (1990) e de Copenhague (1992) (CARVALHO, 2011a).

No âmbito científico, em 1988, também foi criado o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) com o apoio da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Os seus objetivos eram e ainda são fazer uma avaliação completa da informação científica, técnica e socioeconômica sobre as alterações climáticas e formular estratégias de resposta para enfrentar o problema. O IPCC não desenvolve pesquisa científica nova, mas sim a revisão de estudos publicados, que resulta em relatórios de avaliação.

Foi nos anos de 1980 que emergiu a discussão em âmbito internacional. E desde então, o tema tem sido amplamente discutido em espaços criados especificamente para isso, como por exemplo a Conferência das Partes (COP) que há 23 anos tem sido espaço de debate de diversos sujeitos dos mais variados setores. A COP surgiu como uma das reuniões anuais acordadas pelos membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, sigla em inglês) para a criação de um consenso no que se refere à diminuição das emissões de CO² na atmosfera (ZANGALLI JUNIOR, 2018).

¹ Exemplos de acidentes ambientais da época são: o derrame de produtos químicos no Rio Reno em 1986, o acidente nuclear de Chernobyl em 1986 e o derrame de crude do petroleiro Exxon Valdez em 1989.

Os vários anos de debate resultaram em grande progresso na análise científica das alterações climáticas, porém de pouco avanço diplomático entre os países. A União Europeia tem sido o conjunto de países mais preocupado com a questão climática, elaborando iniciativas desde 1991 para limitar as emissões de dióxido de carbono e melhorar a eficiência energética por meio de eletricidade a partir de energias renováveis, compromissos voluntários dos produtores de automóveis para redução de emissões e propostas de taxação de produtos energéticos (COMISSÃO EUROPEIA, 2009).

Expandindo essa preocupação, o bloco recentemente publicou a Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas. O documento possui três objetivos, um deles é: “[...] *encorajar todos os Estados-Membros a adotarem estratégias de adaptação globais e disponibilizar fundos para os ajudar a desenvolver as suas capacidades de adaptação e a tomar medidas*” (COMISSÃO EUROPEIA, 2013). Consequentemente, os projetos devem obrigatoriamente ter em seu conteúdo medidas de adaptação às alterações climáticas para que consiga aprovação.

Quando os temas ambientais entraram na agenda internacional na década de 1970, os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, rejeitaram as políticas de proteção ambiental. A posição defensiva e até mesmo hostil desses países foi justificada pelo discurso de que o desenvolvimento econômico é um direito legítimo de todos. Esse posicionamento permaneceu nas décadas subsequentes como foi visto durante a realização da Rio 92, momento em que o Brasil procurou marcar sua posição sobre a questão, estabelecer conceitos e princípios, e principalmente, responder às acusações de ser um país que degradava seus recursos naturais de forma irresponsável. No entanto, também reforçou e defendeu o discurso de soberania legítima para todos os países em desenvolvimento (PATRÍCIO, 2011).

Entre 1990 e 2004 a política ambiental do Brasil evoluiu, passando a apresentar eixos de desenvolvimento sustentável. Todavia, as práticas internas frequentemente contradisseram o discurso nacional e internacional baseado no desenvolvimento sustentável, não havendo, ainda, uma política ambiental nacional clara e coerente (PATRÍCIO, 2011).

De maneira geral, foi a partir de 2008 que ocorreu o progresso mais significativo, quando movimentos de diversos setores sociais e políticos começaram a afetar mais profundamente o comportamento do governo federal, sobretudo, os movimentos da sociedade civil, de setores empresariais ligados à economia de baixo carbono e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que passaram a questionar de forma mais direta a posição do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a questão do clima. Portanto, um avanço bastante importante ocorreu em dezembro de 2008, quando o Brasil anunciou um novo “Plano Nacional para as

Mudanças Climáticas”, que foi superado pela lei climática em 2009 (VIOLA; FRANCHINI, 2013).

A partir de 2011, os anos posteriores foram caracterizados pelo afastamento gradativo da agenda climática. Mesmo sediando a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, o Brasil assume uma postura novamente mais conservadora. A agenda climática retorna de maneira tímida em 2015 com o Acordo de Paris, no qual o país firmou o compromisso de reduzir em 43% as emissões para 2030, bem como comprometeu-se com o controle do desmatamento da Amazônia e com as energias alternativas (FRANCHINI; MAUAD; VIOLA, 2020).

No entanto, de maneira geral, no período de 2011 a 2018, o Brasil retorna a uma posição mais conservadora, na qual a política nacional do clima paralisou e em seguida retrocedeu. A questão climática foi deslocada para a periferia das preocupações governamentais, da sociedade civil e da mídia em virtude da crise econômica e das denúncias de escândalos de corrupção que assolava o país. Por fim, desde 2018, o Brasil contraria a tendência mundial e abandona o compromisso climático. Assume uma postura extremamente conservadora, chegando a negar a existência da mudança climática global (FRANCHINI; MAUAD; VIOLA, 2020).

É nesse contexto político que surgiu o interesse em elaborar esse trabalho, no sentido de procurar entender, em parte, como a questão climática se apresenta nesses diferentes contextos políticos. A questão climática fala por meio de vários atores à sociedade e esses atores têm grande relevância para a construção social do problema, e conseqüentemente, na sua importância para a sociedade (CARVALHO, 2011b). Com base nisso, por meio da análise comparativa entre Portugal e Brasil, procurou-se identificar as diferenças na questão climática no que se refere à construção social do problema e de sua importância para a sociedade tendo como base a mídia como objeto de investigação.

Essa escolha é justificada pelo fato de que nas últimas décadas a mídia teve uma importância significativa na construção social do ambiente como um problema público e na amplificação de uma visão ‘global’ de várias questões ambientais (CARVALHO, 2011b). Nesse sentido, esse trabalho buscou responder os seguintes questionamentos: as diferenças na questão climática entre os países analisados também podem ser observadas pelos discursos midiáticos? Quais são os atores responsáveis pelo discurso divulgado em ambos os países?

Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi compreender as diferenças e semelhanças sobre a questão climática na mídia jornalística digital no Brasil e em Portugal. Para isso foi realizada a coleta de notícias em um jornal brasileiro (Estadão) e português (Jornal de Notícias)

durante o período de um ano (outubro de 2018 a setembro de 2019). A palavra “clima”² e “mudança/alteração climática”³ foram utilizadas para a busca, que resultou na análise de 540 e 700 notícias coletadas, respectivamente.

Além disso, como resultado da forma em que a questão climática é tratada pela sociedade, também se dissertou sobre alguns exemplos de diálogos entre o poder público e universidade, com o intuito de contextualizar as tentativas de adaptação climática em ambos os países.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como já mencionado, para cumprir com o objetivo proposto, optou-se pela comparação por meio de veículo midiático. A mídia é um importante parâmetro para analisar e identificar os atores principais que discursam sobre determinado assunto. Entender os diferentes discursos retratados fornece respostas para a compreensão dos avanços e retrocessos que ambos países têm presenciado no âmbito científico, político e societário.

Portanto, como fonte de dados foi escolhido dois jornais online de grande visibilidade pelo grande público: Jornal de Notícias⁴ (Portugal) e Estadão⁵ (Brasil). É fato que o jornal impresso proporcionaria mais informações sobre o destaque dado a determinados atores e discursos. Entretanto, a opção pela internet foi mais viável devido à facilidade de acesso gratuito e por ser a plataforma de informação mais acessada pelo público.

Para a coleta das notícias foram selecionadas duas palavras chaves de pesquisa nos jornais: clima e alteração climática/mudança climática. A expressão “alteração climática” foi adotada para a busca no jornal português, pois foi observado que era o termo mais utilizado na mídia portuguesa. Em contrapartida, o correspondente para o jornal brasileiro foi a palavra “mudança climática”, que pelo mesmo motivo se mostrou mais citada. Ambas as palavras se referem ao mesmo tipo de discurso e fenômeno, uma vez que o jornalismo de ambos os países não se atenta as definições científicas, mas sim ao que é mais conhecido do seu público alvo.

² Por Clima entende-se “[...] o ambiente atmosférico constituído pela série de estados atmosféricos, na forma encadeada e sucessiva de tipos de tempo” (MONTEIRO, 1971).

³ Mudança climática “[...] refere-se as variações significativas e duradouras nas condições climáticas médias, como temperatura, precipitação e padrões de vento, que ocorrem ao longo de longos períodos de tempo (décadas a milhões de anos)” (AMS, 2019). E por alteração climática entende-se “[...] aquela que ocorre em tempos históricos curtos, provocados pela atividade antrópica.” (CONTI, 1998).

⁴ Disponível em: <<https://www.jn.pt/>>. Disponível em: 05 de setembro de 2019.

⁵ Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

No total foram coletadas 1.240 notícias sendo 540 contendo a palavra “clima” e 700 contendo as expressões “mudança climática” (Brasil) e “alteração climática” (Portugal). A quantidade de notícias em cada jornal está sistematizada na tabela a seguir:

Tabela 1 - Síntese das notícias coletadas na plataforma online do jornal Estadão (Brasil) e Jornal de Notícias (Portugal) no período de outubro de 2018 a novembro de 2019

	Clima	Mudança climática/Alteração climática
<i>Jornal de Notícias/Portugal</i>	61	105
<i>Estadão/Brasil</i>	479	595
<i>Total</i>	540	700

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Após a coleta, as notícias foram filtradas e agrupadas em eixos de acordo com a tema abordado. O primeiro filtro ocorreu entre as notícias que abordam episódios isolados, podendo ser extremos ou não. Portanto, no eixo “episódios” foram colocadas as notícias que relatavam os fenômenos climáticos, como por exemplo, secas, ventos fortes, precipitações intensas, furacões, inundações etc. Todas as notícias que não abordam episódios climáticos isolados foram agrupadas em “agenda política”. Esse tipo de divisão foi escolhido para visualizar a atenção dada aos episódios extremos ou não na mídia brasileira e portuguesa.

No segundo filtro, as notícias foram agrupadas em quatro eixos: “primário”, “secundário”, “terciário” e “instrumentos de política”. Assim, se referiu aos setores da economia e a política. Esse tipo de agrupamento foi escolhido para verificar o enfoque da mídia de cada país nos setores da economia, uma vez que são países que estão em diferentes níveis de desenvolvimento econômico e possuem bases econômicas distintas.

Por fim, as notícias que não envolviam os três setores da economia foram agrupadas no eixo “instrumentos de política”. Dentro desse eixo ocorreu o último filtro entre: ciência, governo e sociedade civil. De maneira geral, no eixo “ciência” foram colocadas notícias que abordam estudos científicos e notícias que continham dados científicos. Dessas últimas, vale ressaltar as notícias que citavam os dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climática. O quadro 1 exemplifica o agrupamento realizado nas notícias de acordo com os temas abordados.

No eixo “sociedade civil” foram agrupadas as notícias que envolviam as ONGs, ativismo, organizações sem fins lucrativos e até manifestações públicas de personalidades famosas. Para o eixo “governo” foram direcionadas todas as notícias que envolvem os governos de países, assim como, tudo que se refere a ONU e sua agenda política (eventos, conferências

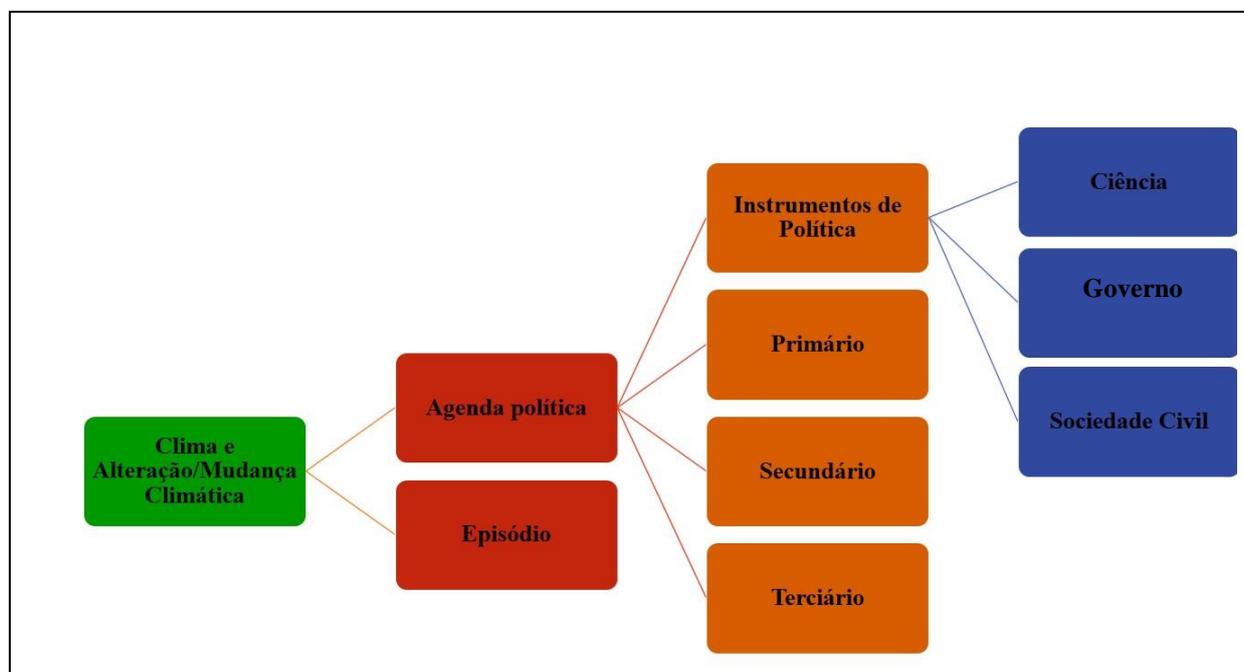
e declarações das autoridades da organização). A síntese dos procedimentos de organização das notícias está representada na Figura 1.

Quadro 1 – O agrupamento das notícias selecionadas para "agenda política" de acordo com os temas

Primário	Agricultura e extrativismo
Secundário	Indústria
Terciário	Comércio, serviços, moda e esportes
Instrumentos de Política	Governo, ciência, sociedade civil

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Figura 1 - Esquema metodológico do tratamento das notícias coletadas nos jornais Estadão (Brasil) e Jornal de Notícias (Portugal)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

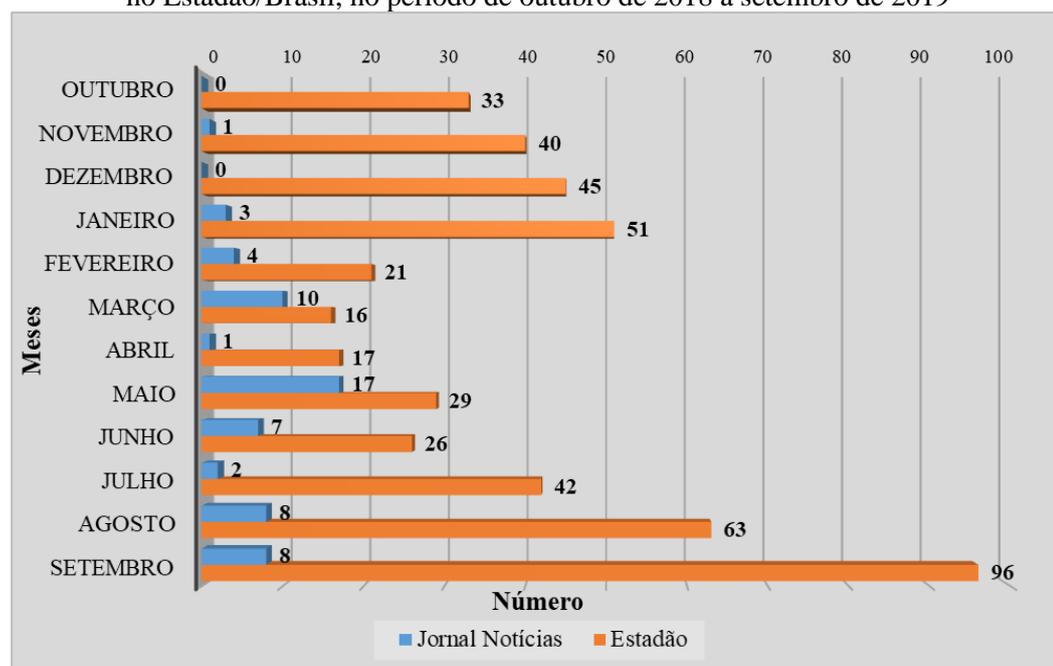
COMPARAÇÃO MIDIÁTICA ENTRE PORTUGAL E BRASIL

A palavra “Clima”

Como pode ser observado no Gráfico 1, o jornal brasileiro (Estadão) apresentou maior quantidade de notícias com a palavra “clima” em todos os meses analisados em comparação ao jornal português (Jornal de Notícias). Os meses de maior quantidade de notícias no Jornal de Notícias foram maio (17), março (16), agosto (8) e setembro (8), o que está associado às

manifestações de greve climática⁶ ocorridas na Europa e a agenda de ativistas do clima. No jornal brasileiro (Estadão) os meses de maior quantidade de notícias foram setembro (96), agosto (63) e janeiro (51) e estão relacionadas aos temas: queimadas da Amazônia, a ausência do Brasil na cúpula do clima da ONU e no acordo de Paris, respectivamente.

Gráfico 1 - Distribuição do número de notícias com a palavra “clima” no Jornal de Notícias/Portugal e no Estadão/Brasil, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019



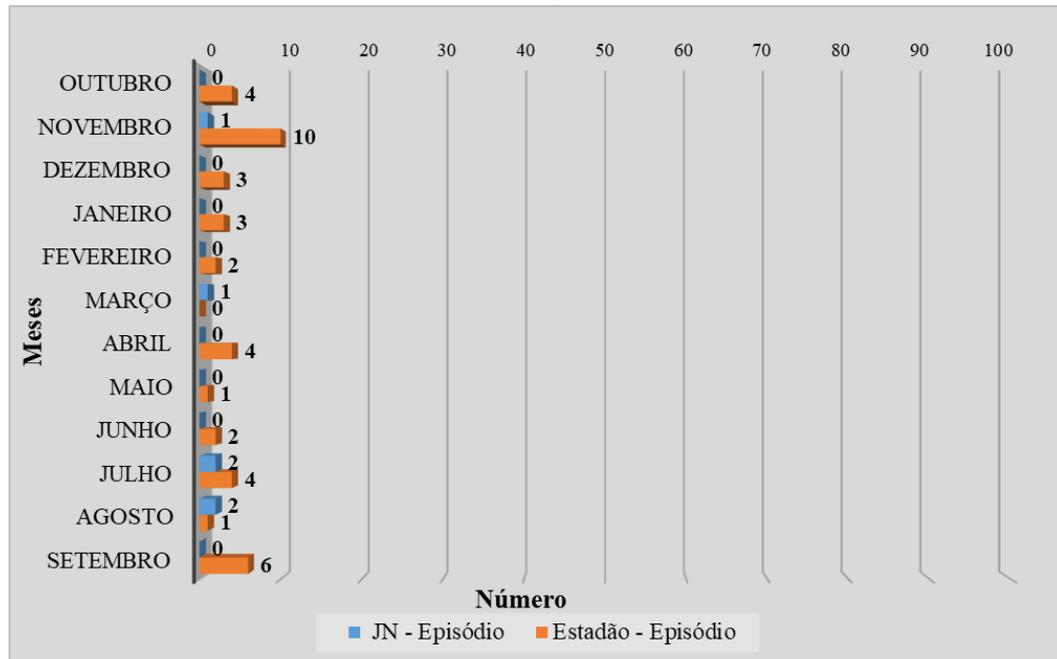
Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

De maneira geral, os picos de notícias em Portugal se relacionam às greves climáticas ocorridas no ano de 2019. Já no Brasil, teve direta relação com os assuntos diplomáticos e com a agenda política dos governantes, assim como, suas declarações públicas. Para além disso, se destacou em agosto a grande quantidade de notícias que abordam as queimadas da Amazônia.

A quantidade de notícias que anunciavam episódios específicos foi baixa em ambos os jornais (Gráfico 2). O mês de novembro se destacou com 10 notícias no Estadão em virtude da ocorrência dos episódios de incêndio na Califórnia. No Jornal de Notícias, julho e agosto foram os meses com mais notícias de episódios específicos, os quais estavam relacionadas as ondas de calor na Europa. Portanto, consequentemente, o número de notícias que envolviam a agenda política foi elevado, representando a maioria das notícias em ambos os jornais (Gráfico 3).

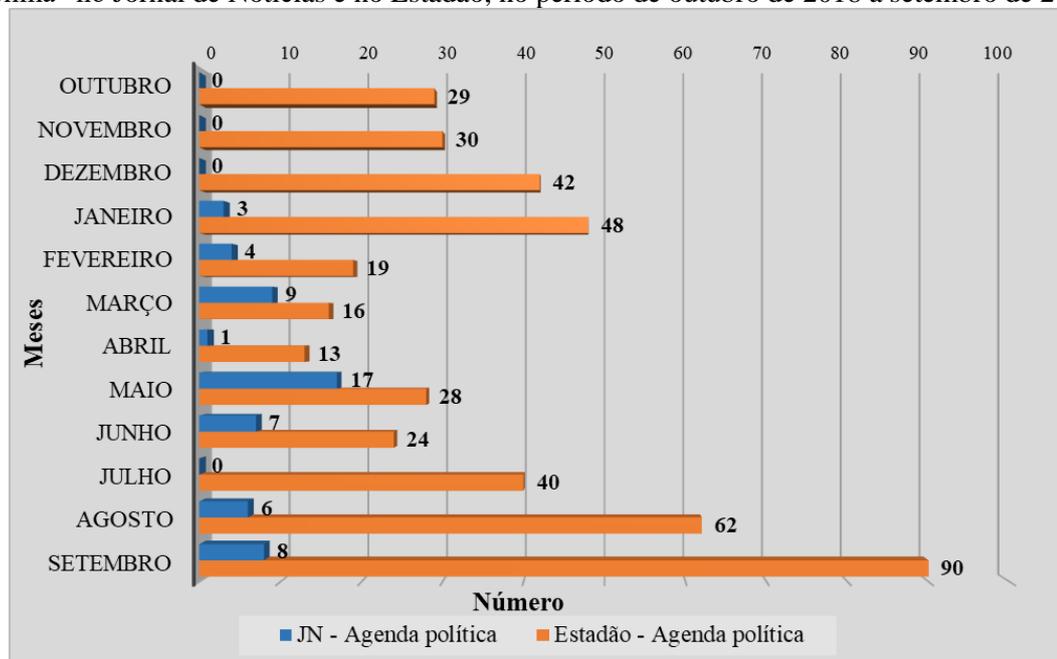
⁶ Greve climática ou Greve Climática estudantil ocorrida em vários países da Europa, inclusive em Portugal com a participação majoritariamente de jovens em idade escolar. Os jovens faltavam as aulas e iam para as ruas protestar a favor do Clima e reivindicando medidas de mitigação e/ou adaptação climática. Esse movimento foi liderado por uma jovem sueca Greta Thunberg e o foco era principalmente a diminuição das emissões de CO2 visando desacelerar o aquecimento global.

Gráfico 2 - Distribuição do número de notícias de episódios climáticos específicos que continham a palavra “clima” no Jornal de Notícias e no Estadão, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Gráfico 3 - Distribuição do número de notícias que envolvem agenda política que continham a palavra “clima” no Jornal de Notícias e no Estadão, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

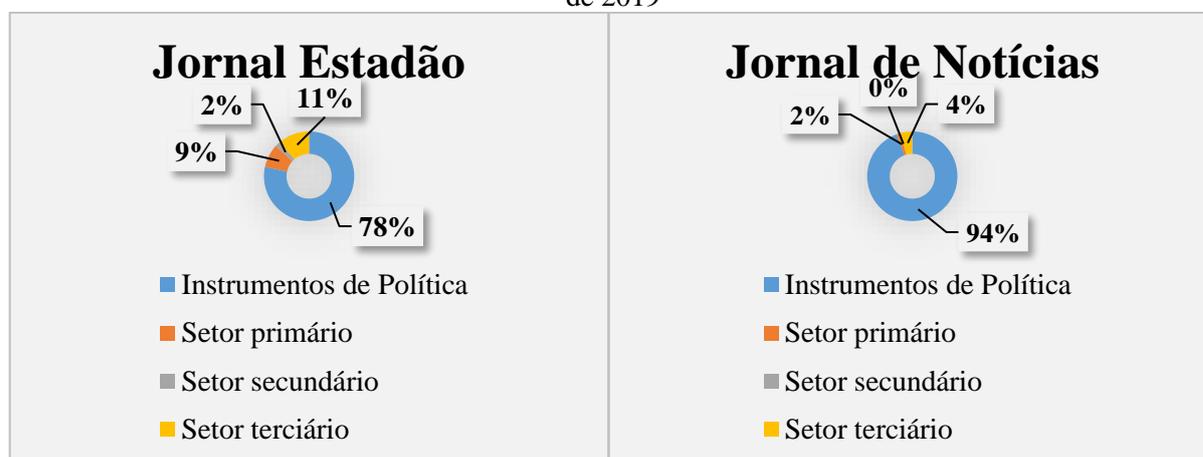
Os gráficos 4 e 5 demonstram a divisão das notícias da agenda política. A grande maioria das notícias, 365 no Estadão e 67 no Jornal de Notícias (JN), o que corresponde 78% e 94%, respectivamente, se refere aos instrumentos de política.

As notícias relacionadas aos setores da economia foram minoria se comparado com os temas relacionados aos “instrumentos de política”. O setor de maior representatividade foi o Terciário, com a maior quantidade de notícias entre os setores da economia, 11% no Estadão e 4% no JN, o que representa 50 e 3 notícias, respectivamente. Essas notícias se referem, na maioria, a temas relacionados ao turismo, esportes, eventos de moda e cultura (cinema e teatro).

O setor com a segunda maior representatividade em ambos os jornais foi o Primário, com 9% no Estadão e 2% no JN. A percentagem mais alta desse setor no jornal brasileiro revela a maior importância da agricultura para a economia do país, uma vez que as notícias anunciavam o aumento das safras devido às condições climáticas.

O setor secundário foi o que apresentou menor quantidade de notícias, sendo que no JN não houve notícias e no Estadão apenas 2% (8 notícias) abordavam esse setor. Tal fato pode ser explicado pelo fato do setor industrial, em ambos os países, não possuem grande representatividade. Além disso, o setor industrial e de manufatura em geral são os segmentos que possuem maior dificuldade de considerar a existência de mudanças climáticas e resistência em aderir a medidas de adaptação.

Gráfico 4 e 5- Percentagem de notícias com a palavra "Clima" que abordam os setores da economia e os instrumentos de política no Estadão e Jornal de Notícias, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

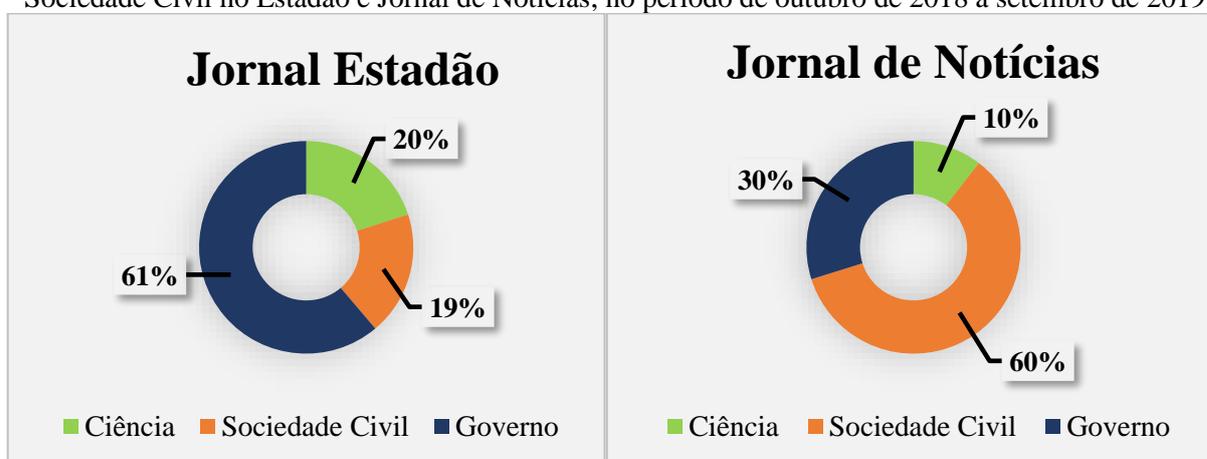
As notícias selecionadas como “instrumentos de política” foram subdivididas e estão representadas nos Gráficos 6 e 7. Esses gráficos revelam importante característica distinta entre os países no que se refere aos discursos midiáticos, já que até o momento a análise comparativa estava revelando muitas semelhanças, diferenciando-se apenas quantitativamente.

Com essa fase da análise se pode observar que no jornal brasileiro a maior quantidade de notícias (61%) se refere ao governo brasileiro, o que corresponde a 211 notícias. Essas

notícias relatam ou abordam (artigos de opinião) chefes de governo brasileiros, sobretudo o Presidente da República e o Ministro do Meio Ambiente com suas declarações e/ou participações em eventos democráticos. A ONU também foi bastante abordada, assim como os acordos e eventos de clima por ela promovidos.

No JN, governo corresponde a 30% das notícias coletadas, que significam 20 notícias. É um número bem menor que o brasileiro e a figura pública do governo mais citada é o Secretário-geral da Organização das Nações Unidas, cuja nacionalidade é portuguesa.

Gráfico 6 e 7 - Percentagem de notícias com a palavra "Clima" que abordam Governo, Ciência e Sociedade Civil no Estadão e Jornal de Notícias, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

É possível notar a participação de estudos e pesquisas científicas em ambos os jornais com 69 notícias no Estadão e 7 no JN, o que representa 20% e 10%, respectivamente. A maior diferença entre os países está na quantidade de notícias que abordam a sociedade civil, ou seja, as notícias das manifestações populares, sobretudo as greves climáticas e ativismo por meio de ONGs. No Brasil, apenas 19% (65) das notícias retratam esse tipo de tema, enquanto em Portugal apresenta 60% (40 notícias). Essa diferença é resultado dos acontecimentos dentro de cada país, e conseqüentemente, da maneira e importância que cada sociedade confere ao tema, e, portanto, ao clima.

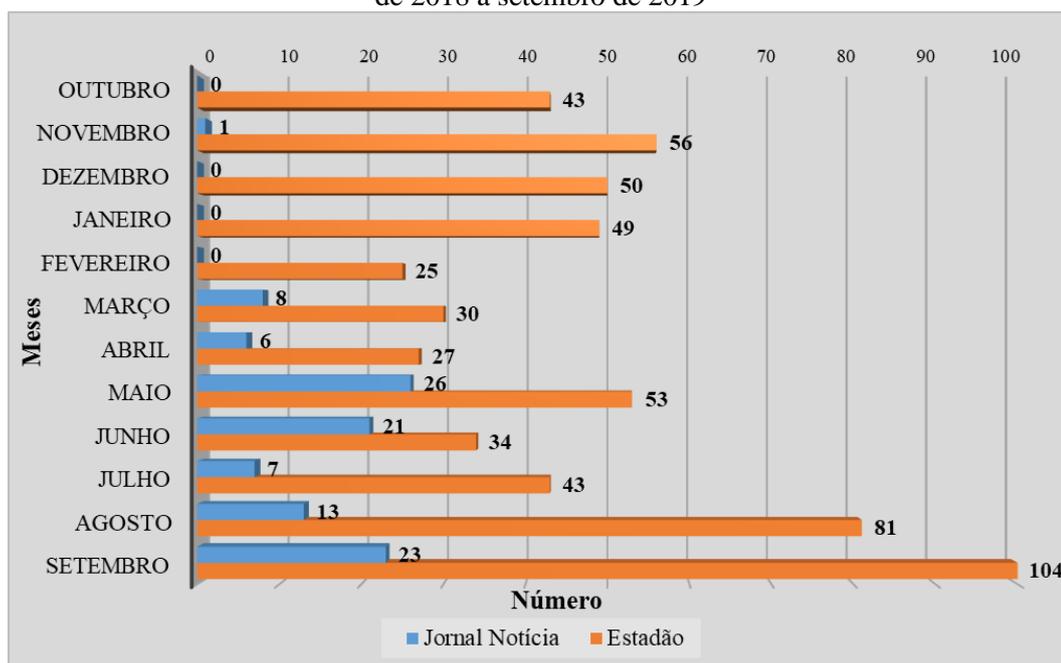
A expressão “Alteração/Mudança climática”

A busca pela expressão “alteração/mudança climática” teve maior quantidade de notícias em ambos os jornais, totalizando 105 notícias no Jornal de Notícias e 595 no Estadão (Gráfico 8). Em Portugal, o mês de maior quantidade de notícias foi maio com 26 e no Brasil foi setembro com 104. Esses números são resultado principalmente das manifestações pró-

clima ocorridos na Europa, que foram noticiados no JN. No Estadão, de maneira geral, se referem ao governo, principalmente do posicionamento político brasileiro no que tange às queimadas da Amazônia.

O mês de setembro se destacou no Brasil, porque foi o momento da realização da Assembleia Geral da ONU, em que houve o debate da questão climática, na qual a Amazônia estava em posição de destaque devido às queimadas de agosto e da postura ambiental adotada pelo Brasil sobre o assunto. Assim, foi um período de muitas divergências diplomáticas na questão ambiental entre o governo brasileiro e a ONU. Além disso, também ocorreu divergências entre o Brasil e a Europa, principalmente com a França, em que acordos comerciais não foram fechados em decorrência da política ambiental brasileira. De modo geral, foi um mês de grandes acirramentos diplomáticos cujo centro da divergência era a questão climática.

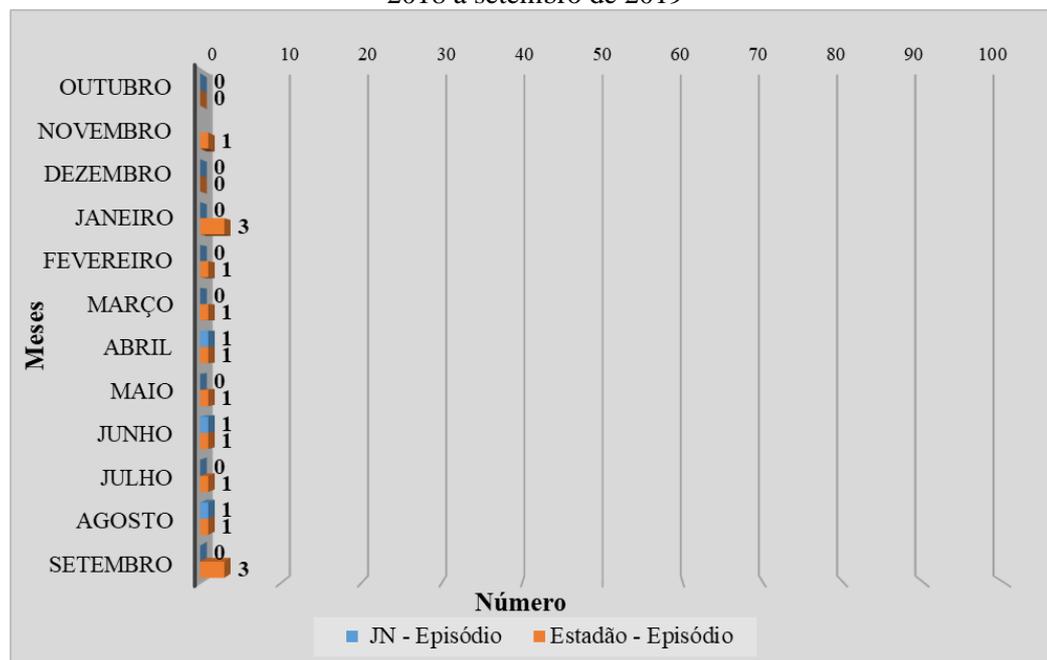
Gráfico 8 - Distribuição do número de notícias de episódios climáticos específicos que continham a expressão “Alteração/Mudança climática” no Jornal de Notícias e no Estadão, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

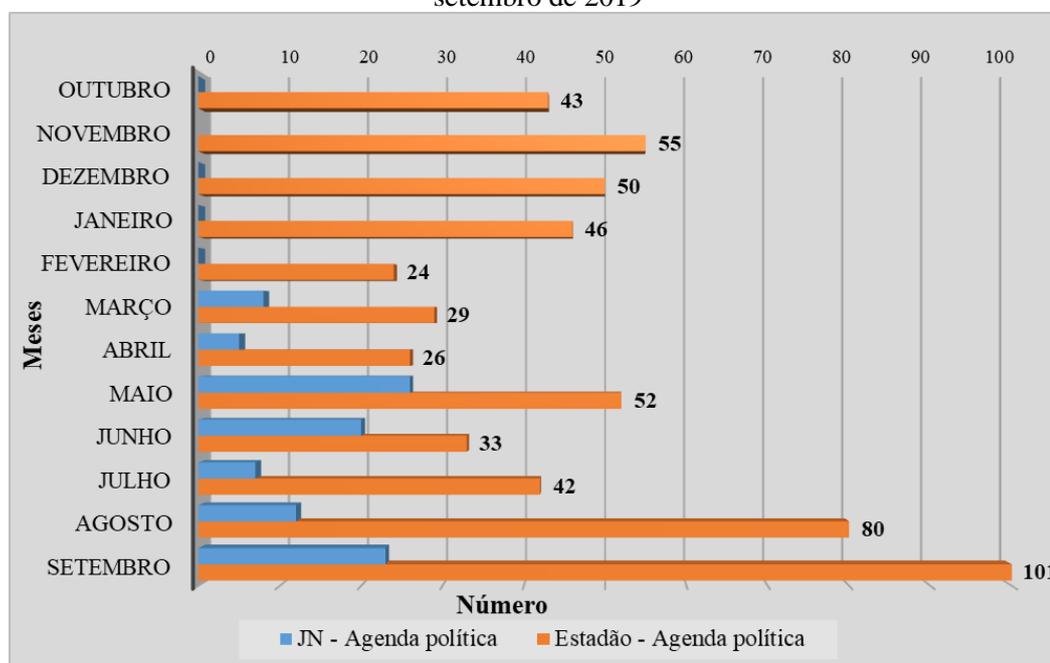
Em comparação com as notícias com a palavra “clima”, as notícias que continham “alteração climática/mudança climática” apresentaram ainda menor número de notícias de episódios (Gráfico 9). Janeiro e setembro registraram maior quantidade de notícias no Estadão, 3 em cada mês, e estas se referiram a episódios extremos ocorridos fora do Brasil, tais como Furacão Dorian. Conseqüentemente, a maior quantidade de notícias envolvendo “alteração climática/mudança climática” apresentou temas da agenda política (Gráfico 10).

Gráfico 9 – Distribuição do número de notícias de episódios climáticos específicos que continham a palavra “Alteração/Mudança climática” no Jornal de Notícias e no Estadão, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Gráfico 10 - Distribuição do número de notícias que envolviam agenda política com a palavra “Alteração/Mudança climática” no Jornal de Notícias e no Estadão, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019

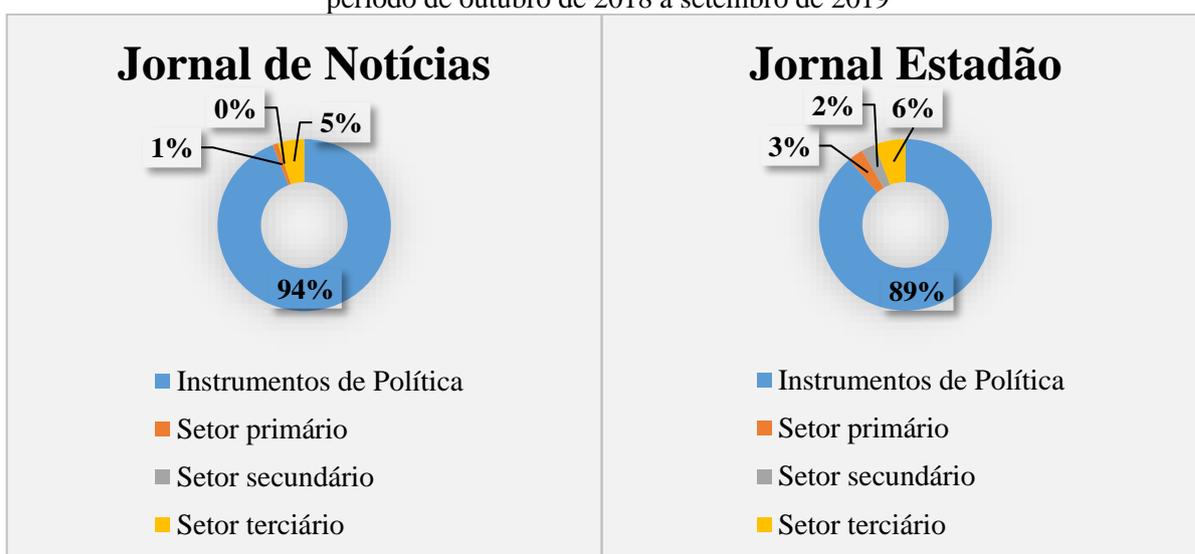


Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

O setor terciário continuou sendo o de maior quantidade de notícias entre os setores em ambos os jornais. O Estadão apresentou 6% e o JN 5%, o que representa 34 e 6 notícias, respectivamente (Gráficos 11 e 12). O setor primário permaneceu sendo o segundo com maior

número de notícias com 3% no Estadão (17 notícias) e 1% no JN (1 notícia). Já o setor secundário demonstrou apenas 2% das notícias no Estadão enquanto no JN não apresentou notícias de alterações/mudança climática nesse tema.

Gráfico 11 e 12 - Percentagem de notícias com a expressão "Alterações/Mudança Climática" que abordam os setores da economia e os instrumentos de política no Estadão e Jornal de Notícias, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019

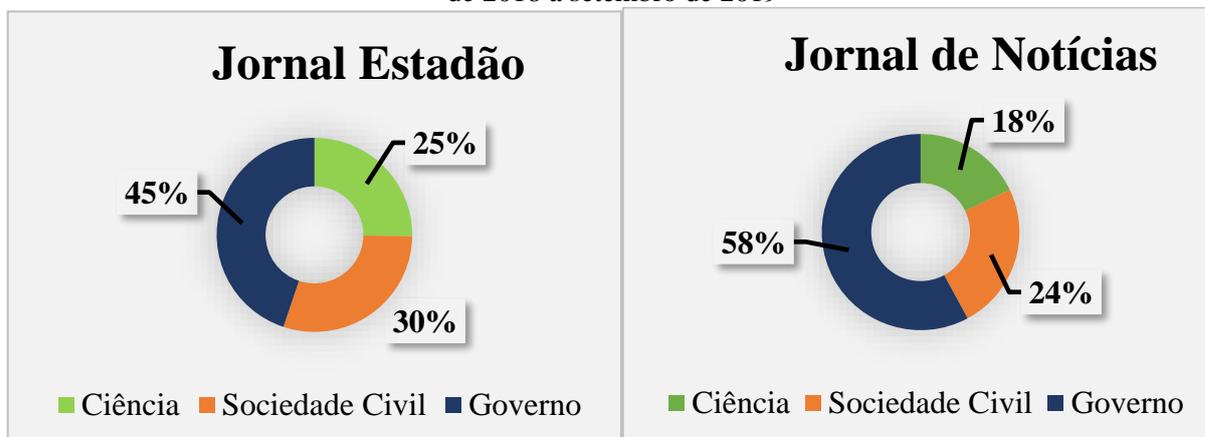


Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Portanto, grande parte das notícias tratavam de assuntos relacionados aos “instrumentos de política” com 89% no Estadão e 94% no JN (Gráficos 11 e 12), correspondendo a 518 e 95 notícias, respectivamente. Dessas notícias a grande maioria se relacionava a temas de governo, 45% Estadão e 58% JN, respectivamente 231 e 55 notícias. A sociedade civil apresentou o segundo maior número de notícias com 154 no Estadão e 23 no JN, 30% e 24% respectivamente. A Ciência representou 25% das notícias do Estadão e no JN este valor foi de 18% (Gráficos 13 e 14).

Assim, é possível observar que a expressão “Alteração/Mudança climática” tem maior uso nas notícias com o tema governo, fato que reflete o momento de preocupação do período analisado, quando as questões climáticas estavam sendo discutidas mais frequentemente pelos Estados-Nação e pela ONU. Grande parte dessa procura em discutir o problema é resultado da pressão da sociedade (greves climáticas de 2019) e em seguida dos estudos científicos que revelam os riscos.

Gráfico 13 e 14 – Percentagem de notícias com a expressão "Alteração/Mudança climática" que abordam Governo, Ciência e Sociedade Civil no Estadão e Jornal de Notícias, no período de outubro de 2018 a setembro de 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

AGENDA CLIMÁTICA EM PORTUGAL E BRASIL: EXEMPLOS DO DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E PODER PÚBLICO

A questão climática se legitima e ganha força no âmbito político atual por meio da figura da União Europeia, a qual estabelece normativas para o financiamento de projetos. Assim, a problemática climática em Portugal emerge publicamente via política externa e o envolvimento nacional com a questão foi moldado pela ligação à União Europeia. Como resultado do envolvimento do país com a questão, ocorreu a criação da Comissão Nacional para as Alterações Climáticas por Resolução do Conselho de Ministros em 1998. Esta comissão, de carácter interministerial, foi encarregada de preparar o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC). Esse programa visa garantir o cumprimento das metas nacionais em matéria de alterações climáticas dentro das áreas transversais e de intervenção integrada tendo em vista uma organização das medidas mais vocacionadas para a sua implementação. É considerado um plano de “2ª geração” que aposta na integração da política climática nas políticas setoriais e uma maior responsabilização dos setores alicerçado no nível de maturidade alcançado pela política nacional de clima. É sustentado num processo de implementação dinâmico conferindo aos setores a oportunidade de identificação das políticas e medidas (P&M) que contribuem para o estabelecimento de metas de redução de emissões, suportado no Sistema de Políticas e Medidas (SPeM) (AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, 2020).

Em nível regional e local, especificamente na Área Metropolitana do Porto (AMP), tem ocorrido esforços significativos em diagnosticar os processos em curso, identificar vulnerabilidades e riscos e elaborar medidas mitigatórias de adaptação as alterações climáticas. O primeiro documento elaborado foi o Atlas da Saúde e da Doença na AMP – Vulnerabilidades

Climáticas e Socioeconómicas em 2012. Nesse documento os autores apresentaram cartograficamente informações a respeito da população e suas múltiplas dimensões, o contexto climático normal e excepcional e a prevalência de algumas doenças e dos fatores determinantes para o seu agravamento. Com base no conhecimento dessas variáveis se propôs um Sistema de Alerta e Resposta (SAR) para episódios de frio e de calor extremo adaptado às características da população residente na AMP (MONTEIRO *et al.*, 2012).

O segundo documento elaborado foi o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas do Porto em 2018. Esse documento procura estabelecer um roteiro estratégico que facilite a adaptação da AMP aos riscos climáticos. Esse documento envolveu um trabalho integrado entre Universidade e os atores interessados e afetados. A Universidade teve o papel de fornecer o diagnóstico científico do contexto climático atual e os riscos atuais e futuros. Já os vereadores dos 17 concelhos que integram a AMP, os representantes institucionais e o público em geral forneceram informações da percepção de risco por meio de entrevistas realizadas e questionários aplicados. Assim, aproximadamente 300 atores participaram da formulação do documento, o que representa um importante esforço e avanço na participação social e política para a compreensão das alterações climáticas, dos riscos oriundos e para a construção de medidas de adaptação e mitigação. É um documento de grande importância e um exemplo de construção multidisciplinar que fornece conhecimento técnico-científico e social para os tomadores de decisão pública (MONTEIRO *et al.*, 2018c).

Outro documento que demonstra os avanços na relação entre Universidade e Poder Público em Portugal é o Plano Diretor Municipal do Porto de 2018. O documento é um diagnóstico ambiental amplo, que aborda tanto a dimensão climática quanto a qualidade do ar, solo e da água. Além disso, foi realizada uma síntese das debilidades e fragilidades diagnosticadas. É um documento voltando mais ao diagnóstico para embasar ações do poder público (MONTEIRO *et al.*, 2018b).

O terceiro documento intitulado “O(s) Clima(s) de Gaia” também é um relatório diagnóstico resultado da parceria entre Universidade e Poder Público. O material elaborado contou com uma série histórica de dados de 1900 a 2007 de diversas variáveis climáticas (temperatura, umidade, ventos, etc.). Na mesma perspectiva do Plano Diretor do Porto, esse documento também teve a participação pública por meio de questionários. A percepção da importância do conhecimento climático foi mensurada e analisada com base nas respostas de 369 indivíduos. Para além disso, foi elaborado um menu de adaptação com medidas de planejamento de curto, médio e longo prazo de acordo com as zonas urbanas do município (MONTEIRO *et al.*, 2018a).

Segundo os autores, a Vila Nova de Gaia, município de estudo do projeto, teve e tem todas as condições para se tornar num exemplo feliz da utilidade social da ciência e pode atualmente prestar ao país uma contribuição eficiente aos incentivos à mudança de paradigma, quanto ao modo como o conhecimento científico, no caso o climatológico, pode e deve ser incorporado nas políticas públicas e, por isso, estar verdadeiramente ao serviço das pessoas (MONTEIRO *et. al.*, 2018a).

Todos esses documentos são exemplos exitosos da parceria entre universidade e poder público em Portugal. Esses trabalhos foram realizados pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nesses exemplos, o poder público é representado pela administração local dos Concelhos (Porto e Vila Nova de Gaia).

No Brasil, o primeiro documento oficial direcionado à mudança climática foi o Plano Nacional sobre Mudança do Clima lançado pelo governo em dezembro de 2008, o qual apresenta uma série de medidas voltadas para a mitigação de Gases de Efeito Estufa e algumas para adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima. No entanto, com o aumento dos efeitos das mudanças do clima o tema de *Adaptação* passou a ganhar mais destaque nos últimos anos. Nesse sentido, foi elaborado o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), instituído em maio de 2016. Em síntese, o objetivo do plano é promover a gestão e redução do risco climático no país frente aos efeitos adversos associados à mudança do clima e construir instrumentos que permitam a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura. Esse documento foi elaborado por meio da junção de vários ministérios e instituições de ensino⁷ e contou com a participação popular através de consulta pública online por meio de formulários eletrônico (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016a)

Trata-se de um documento síntese geral que apresenta as principais mudanças climáticas atuais e futuras observadas no território brasileiro e seus riscos decorrentes. Em seguida estabelece metas de responsabilidade do governo federal.

Orientar a ampliação e disseminação do conhecimento científico, técnico e tradicional apoiando a produção, gestão e disseminação de informação sobre o risco climático, e o desenvolvimento de medidas de capacitação de entes do governo e da sociedade no geral; 2. Promover a coordenação e cooperação entre órgãos públicos para gestão do risco climático, por meio de processos participativos com a sociedade, visando a melhoria contínua das ações para a gestão do risco climático; 3. Identificar e propor

⁷ Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério das Cidades; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério da Integração; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Planejamento e Gestão; Ministério dos Transportes; Ministério da Saúde; Agência Nacional de Águas; Casa civil; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Fundação Oswaldo Cruz; Fundação Nacional do Índio; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; e Rede Clima.

medidas para promover a adaptação e a redução do risco climático (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016a, p. 20)

O documento também apresenta estratégias setoriais para a Agricultura, Biodiversidade e Ecossistemas, Cidades, Gestão de Risco de Desastres, Indústria e Mineração entre outros. Esse plano é promissor, pois é bastante completo quanto aos impactos e riscos das alterações climáticas. No entanto, ações mais claras e definidas são atribuídas ao nível municipal, uma vez que os riscos climáticos são variáveis no espaço e para propor ações é necessário conhecimento específico local: “Entretanto, para indicar as diretrizes desta estratégia de adaptação, será feita uma abordagem nacional, cabendo aos gestores municipais e ao setor privado protagonismos em escala local” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016b, p. 67).

Como resposta ao PNA, em escala local, tem-se o exemplo de duas cidades com planos climáticos municipais: Santos (SP) e Rio de Janeiro (RJ). As cidades litorâneas foram preocupações centrais pois a erosão costeira é bastante significativa no Brasil. Para Santos foi elaborado o Plano Municipal de Mudanças Climáticas (PMMCS) em dezembro de 2016, cuja elaboração representou um esforço colaborativo entre a Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima (CMMC), Universidades (UNICAMP) e a parcela da população que compareceu mediante a divulgação das reuniões mensais divulgadas pelo Diário Oficial de Santos (PREFEITURA DE SANTOS, 2016). O documento segue o mesmo padrão do PNA, oferecendo diagnóstico, riscos e estratégias para os diversos setores.

Concomitante foi produzido o estudo técnico de apoio ao desenvolvimento do plano de adaptação da cidade do Rio de Janeiro às mudanças climáticas. Esse estudo é bastante semelhante aos documentos produzidos na AMP e é resultado da parceria entre Universidade e Poder Público. No documento é apresentada cartograficamente a problemática atual, o diagnóstico dos riscos existentes, a vulnerabilidade da população e as medidas de mitigação. O que o diferencia com o documento da cidade de Santos é a seção destinada à vulnerabilidade da população e a compartimentação da cidade em áreas para elaborar as medidas de mitigação (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2016).

Portanto, pode se observar que a questão climática é discutida na escala global através de grandes conferências entre os Estados-Nação, mas é na escala local que a ação para adaptação e mitigação é pensada e deve ser concretizada. Com base nos documentos consultados dos dois países é observado que a maior diferença está na questão da linguagem utilizada. Em Portugal, os documentos possuem caráter de síntese com linguagem técnica-científica, enquanto no Brasil é legislativo e científico, o que torna o documento mais extenso e menos fácil para a compreensão e aplicação pelos gestores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise midiática entre os países revelou que no Brasil houve maior quantidade de notícias relacionadas ao clima do que em Portugal em se tratando de números absolutos. Entretanto, a grande maioria refere-se ao governo, sobretudo, a postura ambiental do governo atual com a saída de acordos (Acordo de Paris), o afrouxamento de leis ambientais entre outros. Sendo assim, a maior quantidade de notícias no Estadão (Brasil) não revelou a preocupação com a emergência climática atual, pelo contrário, demonstrou que o assunto ainda está em debate.

Em Portugal, os jornais também tiveram quantidade significativa de notícias do tema governo, porém atrelada essencialmente à União Europeia, ou seja, em Portugal as preocupações com o clima surgem mais fortemente por políticas do nível de governo superior. Assim, a agenda climática portuguesa se impulsiona pela questão política e a agenda climática brasileira perde importância também pela questão política.

Nesse sentido, pode-se dizer que as alterações climáticas é um assunto já estabelecido e consolidado em Portugal, uma vez que não se discute sua importância, mas sim, medidas mitigatórias e de adaptação. Enquanto no Brasil há uma descrença em sua veracidade e as medidas propostas, por muitas vezes, são consideradas exageradas ou desnecessárias.

A descrença das questões climáticas pela esfera política repercute diretamente no significado que a sociedade dá ao tema. Da mesma forma, a ação política sobre alterações climáticas oscila em função das atitudes públicas e do significado público da questão. Por isso, o papel dos discursos que circulam no espaço público mediatizado é fundamental, pois é ele que de certa forma modera essa relação. Isso também foi observado na análise midiática, posto que o jornal português apresentou um número mais elevado de notícias sobre Sociedade Civil, o que demonstra a consolidação da questão e a pressão popular ao governo. No Brasil, a pressão popular ao governo no que diz respeito ao clima, e podendo estender, a questão ambiental, ainda é limitada. Essa diferença é produto histórico do nível de desenvolvimento econômico. No Brasil, as preocupações que assolam a sociedade civil se referem ainda às necessidades básicas tais como saúde, educação e segurança, e, portanto, são essas que recebem maior engajamento e repercussão. Logo, manifestações relacionadas aos problemas ambientais, sobretudo ao clima, têm baixa expressividade no país.

Com o presente estudo ficou claro que o ambiente não fala por si. De maneira geral, é a Ciência, o Governo e a Sociedade que são suas vozes. Portanto, é fundamental reconhecer a importância de diferentes agentes na construção social dos problemas ambientais. Deste modo,

a visibilidade pública e política de uma determinada matéria ou domínio depende do fato de determinados agentes denunciarem o problema, falarem sobre o seu significado e o constituírem discursivamente como um risco (CARVALHO, 2011b).

AGRADECIMENTOS

À FAPESP, pela concessão das bolsas de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) (PROCESSO Nº 2019/02050-1) e sua respectiva reserva técnica que foram elementares para a execução desta pesquisa e para a qualidade do trabalho.

Ao apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em Geografia (FCT-UNESP) Campus de Presidente Prudente (SP).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE - APA. **Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030)**. Disponível em: <<https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=117&sub3ref=1376>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

American Meteorological Society (AMS). (2019). *Glossary of Meteorology*. Disponível em: <http://glossary.ametsoc.org/wiki/Climate_change>. Acesso em 04 de julho de 2024.

CARVALHO, A. Entre a ciência e a política: a emergência das alterações climáticas como uma questão pública. In: CARVALHO, A. (Org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio Editor, 2011a. p. 23-39.

CARVALHO, A. Entre a ciência e a política: a emergência das alterações climáticas como uma questão pública. In: CARVALHO, A. (Org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio Editor, 2011b. p. 43-65.

COMISSÃO EUROPEIA. **Climate change**. 2009 Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/climat/home_en.htm>. Acesso a 14 de dezembro de 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. **Políticas da União Europeia**. 2013. Disponível em: <<https://www.eea.europa.eu/pt/themes/adaptacao-as-alteracoes-climaticas/intro>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2019.

CONTI, J. B. **Clima e meio ambiente**. São Paulo: EdUSP, 1998.

ESTADÃO ONLINE. **Busca de notícias**. 2019. Disponível em: <<https://busca.estadao.com.br/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

FRANCHINI, MATÍAS; MAUAD, ANA CAROLINA EVANGELISTA; VIOLA, EDUARDO. De Lula a Bolsonaro: uma década de degradação de la gobernanza climática en Brasil. Bogotá: **Análisis político**, nº 99, maio/agosto 2020, p. 81- 100.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – Estratégia Geral**. 2016a. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80182/PNA_Volume%20I.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – Estratégias Setoriais e Temáticas**. 2016b. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80182/LIVRO_PNA_Plano%20Nacional_V2_copy.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

MONTEIRO, C. A. de F. Análise rítmica em climatologia: problemas da atualidade climática em São Paulo e achegas para um programa de trabalho. **Climatologia**, v. 1, Instituto de Geografia da USP, São Paulo, 1971.

MONTEIRO, A.; VELHO, S.; GÓIS, J. A importância da fragmentação das paisagens urbanas na Grande Área Metropolitana do Porto para a modelização das ilhas de calor urbano – uma abordagem metodológica. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto III**. v.1 , pp. 123 – 159, 2012.

MONTEIRO, A; FONSECA, L.; ALMEIDA, M.; SOUSA, M.; VELHO, S.; CARVALHO, V. **ATLAS DA SAÚDE E DA DOENÇA - Vulnerabilidades climáticas e socioeconómicas** Área Metropolitana do Porto Concelho do Porto. v.1. Porto: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2012.

MONTEIRO, A.; MADUREIRA, H.; FONSECA, L.; GONÇALVES, P. **O(s) clima(s) de Gaia**. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia, 2018a.

MONTEIRO, A.; MADUREIRA, H.; FONSECA, L.; VELHO, S., P. **Plano Diretor Municipal do Porto**. Porto: Departamento Municipal de Planeamento Urbano, 2018b.

MONTEIRO, A.; MADUREIRA, H.; FONSECA, L.; GONÇALVES, P. **Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas**. Porto: Área Metropolitana do Porto, 2018c.

PREFEITURA DE SANTOS. **Plano Municipal de Mudança do Clima de Santos – PMMCS**. Santos: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, 2016. 119p. Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=projeto/plano-municipal-de-mudanca-do-clima-de-santos>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2016. 87p. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/9857523/4243335/EstrategiadeAdaptacaoasMudancasClimaticasdaCidadedoRiodeJaneiro.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

VIOLA, EDUARDO; FRANCHINI, MATÍAS. Brasil na Governança Global do Clima, 2005-2012: A Luta entre Conservadores e Reformistas. **Contexto Internacional**: Rio de Janeiro, vol. 35, n° 1, janeiro/junho 2013, p. 43-76.

ZANGALLI JUNIOR, PAULO CESAR. **O capitalismo climático como espaço de reprodução do capital: governança do clima e os sujeitos sociais**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2018.